

**No. 41199**

---

**Brazil  
and  
Peru**

**Exchange of notes constituting an agreement between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Peru for the construction of a bridge on the Acre River near the cities of Assis Brasil and Iñapari. Lima, 5 and 30 September 2003**

**Entry into force:** *10 May 2004, in accordance with the provisions of the said notes*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 13 April 2005*

---

**Brésil  
et  
Pérou**

**Échange de notes constituant un accord entre la République fédérative du Brésil et la République du Pérou relatif à la construction d'un pont sur la Rivière Acre près des villes d'Assis Brasil et Iñapari. Lima, 5 et 30 septembre 2003**

**Entrée en vigueur :** *10 mai 2004, conformément aux dispositions desdites notes*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 13 avril 2005*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

I

Lima, 05 de setembro de 2003

Senhor Ministro,

Com referência ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas Proximidades das Cidades de Assis Brasil e Iñapari, assinado por Vossa Excelência e pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil em 11 de abril de 2003, tenho a honra de informar Vossa Excelência de que estão sendo tomadas providências a fim de colocar à disposição do Governo do Estado do Acre recursos que lhe permitirão arcar com as despesas de construção da referida ponte.

Nessas condições, entende o Governo brasileiro que seria dispensável a realização de licitação internacional, prevista no Acordo acima referido. Em decorrência, proponho, em nome do Governo brasileiro, alteração da redação do Acordo nos seguintes termos:

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE SOBRE O RIO ACRÉ, NAS PROXIMIDADES DAS CIDADES DE ASSIS BRASIL E IÑAPARI**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru  
(doravante denominados “Partes”)

CONSIDERANDO a prioridade atribuída, no Tratado de Amizade e Cooperação, de 16 de outubro de 1979, ao aperfeiçoamento dos vínculos entre os dois países nos setores dos transportes e das comunicações;

CONSIDERANDO os propósitos de impulsionar o desenvolvimento da infra-estrutura física e a integração transfronteiriça na

América do Sul, expressos no Comunicado de Brasília, de 1º de setembro de 2000;

CONSIDERANDO o disposto nos Artigos I e II do Acordo sobre Conexão Rodoviária, concluído em 26 de junho de 1981, que determinam as localidades vizinhas de Assis Brasil (Brasil) e Iñapari (Peru) como ponto prioritário de interconexão entre os sistemas rodoviários dos dois países, o qual requer a construção de uma ponte sobre o rio Acre,

ACORDAM o seguinte:

#### ARTIGO I

As Partes se comprometem a iniciar, por intermédio das suas respectivas autoridades competentes, as ações referentes à construção, incluída a infra-estrutura complementar e acessos, de uma ponte sobre o rio Acre, situada nas proximidades das cidades de Assis Brasil, no Brasil, e Iñapari, no Peru.

#### ARTIGO II

Para os fins mencionados no Artigo I do presente Acordo, as Partes criam uma Comissão Mista Brasileiro – Peruana, doravante denominada Comissão Mista; integrada por cinco (5) membros em cada delegação, com representantes dos Ministérios dos Transportes (2) e das Relações Exteriores (1) de ambos os países, bem como dos governos estadual (1) e municipal (1), segundo designação que cada Parte comunicará à outra no prazo de sessenta (60) dias corridos, a contar da data da entrada em vigor deste Acordo.

#### ARTIGO III

1. Será da competência da Comissão Mista:

- a) preparar a documentação necessária à construção da ponte e à realização das suas obras complementares e acessos;
- b) referendar o projeto executivo da obra;
- c) acompanhar a construção até a sua conclusão e realizar duas vistorias, após seis meses e um ano de inauguração.

2. A Comissão Mista terá poderes para solicitar assistência técnica e toda a informação que considerar necessária para o cumprimento de suas funções.

3. Cada Parte será responsável pelos gastos decorrentes da sua representação na Comissão Mista.

#### ARTIGO IV

1. Os custos relativos à elaboração de estudos e do projeto executivo serão cobertos com recursos do Governo do Estado do Acre.

2. O Projeto de Engenharia referente à construção da ponte e acessos será fornecido pelo Governo do Estado do Acre e aprovado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, órgão vinculado ao Ministério dos Transportes do Brasil.

3. Os custos relativos à construção da ponte, seus acessos e obras complementares serão cobertos com recursos financeiros do Governo da República Federativa do Brasil, em parceria com o Governo do Estado do Acre.

4. A contratação da obra se dará por meio de licitação pública, coordenada por uma comissão específica brasileira. O Governo peruano será convidado a designar representante para acompanhar os trabalhos da referida comissão.

5. Os custos referentes às desapropriações necessárias à implantação das obras em cada território nacional serão da responsabilidade exclusiva do Governo Nacional, no caso do Peru, e do Governo Federal, no caso do Brasil.

#### ARTIGO V

1. As Partes se comprometem a notificar uma à outra sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas necessárias para a implementação do presente Acordo, o qual entrará em vigor a partir da data de recepção da segunda notificação.

2. As Partes poderão, a qualquer tempo, denunciar o presente Acordo, pela via diplomática e com uma antecedência de um ano.

#### ARTIGO VI

As Partes poderão, a qualquer momento e de comum acordo, realizar modificações ao presente Acordo, pela via diplomática.

ARTIGO VII

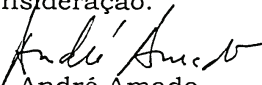
Qualquer controvérsia que possa surgir a partir da interpretação ou aplicação do presente Acordo será dirimida por negociação entre as Partes, pela via diplomática.

ARTIGO VIII

O presente Acordo substitui o “Acordo entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para a construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das cidades de Assis Brasil e Iñapari”, assinado em 11 de abril de 2003.

Caso o Governo da República do Peru concorde com a redação proposta, a presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, de igual teor, constituirão modificação do Acordo em apreço, que entrará em vigor conforme as disposições constantes de seu Artigo V.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da mais alta consideração.

  
André Amado  
Embaixador do Brasil

A Sua Excelência o Senhor Allan Wagner Tizón  
Ministro de Relações Exteriores da República do Peru

Nota (SAA-SUR-BYP) Nro. 6-2/99

Lima, 30 de setiembre de 2003

Excelentísimo señor Embajador,

Tengo a honra dirigirme a Vuestra Excelencia con relación a la propuesta formulada por el Ilustrado Gobierno de la República Federativa del Brasil, mediante Nota N° 285 de 5 de setiembre de 2003, referida al Acuerdo entre el Gobierno de la República del Perú y la República Federativa del Brasil para la Construcción de un Puente sobre el Río Acre, en las Proximidades de las Ciudades de Assis Brasil e Iñapari, en los siguientes términos:

“Lima, 05 de setiembre del 2003

Señor Ministro,

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia para saludarle atentamente y con referencia al Acuerdo entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Perú para la Construcción de un Puente sobre el Río Acre, en las cercanías de las Ciudades de Assis Brasil e Iñapari, firmado por Vuestra Excelencia y por el Ministro de Relaciones Exteriores de Brasil el 11 de abril del 2003, informo a Vuestra Excelencia que se están tomando las debidas providencias a fin de poner a disposición del Gobierno del Estado de Acre recursos que le permitirán asumir los gastos de la construcción del referido puente.

2. En esas condiciones, el Gobierno brasileño considera que sería dispensable la realización de la licitación internacional prevista en el Acuerdo referido anteriormente. En consecuencia, propongo, a nombre del Gobierno, la alteración de la redacción del Acuerdo en los siguientes términos:

Al Excelentísimo Señor  
André Amado  
Embajador de la República Federativa del Brasil  
Lima.

**ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ Y EL  
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL  
PARA LA CONSTRUCCIÓN DE UN PUENTE SOBRE EL RÍO ACRE, EN LAS  
PROXIMIDADES DE LAS CIUDADES DE IÑAPARI Y ASSIS BRASIL**

El Gobierno de la República del Perú

y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

(En adelante denominados “Partes”)

CONSIDERANDO la prioridad atribuida en el Tratado de Amistad y Cooperación de 16 de octubre de 1979 al perfeccionamiento de los vínculos entre los dos países en los sectores de transportes y comunicaciones;

CONSIDERANDO los propósitos de impulsar el desarrollo de la infraestructura física y la integración transfronteriza en América del Sur, expresados en el Comunicado de Brasilia, de 1 de septiembre de 2000;

CONSIDERANDO lo dispuesto en los artículos I y II del Acuerdo sobre Interconexión Vial concluido el 26 de junio de 1981, que determinara las localidades vecinas de Iñapari, en el Perú y de Assis Brasil, en el Brasil, como puntos prioritarios de interconexión entre los sistemas viales de los dos países, lo cual requiere la construcción de un puente sobre el río Acre;

ACUERDAN lo siguiente:

**ARTICULO I**

Las Partes se comprometen a iniciar, por intermedio de sus respectivas autoridades competentes, las acciones referentes a la construcción, incluida la infraestructura complementaria y accesos de un puente sobre el río Acre situado en las proximidades de las ciudades de Iñapari, en el Perú y Assis Brasil, en el Brasil.

**ARTICULO II**

Para los fines mencionados en el Artículo I del presente Acuerdo, las Partes crean una Comisión Mixta peruano-brasileña, en adelante denominada “Comisión Mixta”, integrada por cinco (5) miembros en cada delegación, con representantes de los Ministerios de Transportes (2) y de Relaciones Exteriores (1) de ambos países y del Gobierno regional (1) y local (1), según designación que cada Parte comunicará a la Otra en el plazo de sesenta días (60) calendario, contados a partir de la fecha de entrada en vigor de este Acuerdo.

### ARTICULO III

- 1.- Será competencia de la Comisión Mixta:
  - a) Preparar la documentación necesaria para la construcción del puente y para la realización de sus obras complementarias y accesos.
  - b) Refrendar el proyecto ejecutivo de la obra.
  - c) Acompañar la construcción hasta su conclusión y realizar dos inspecciones después de seis meses y un año de la inauguración.
- 2.- La Comisión Mixta tendrá poderes para solicitar asistencia técnica y toda información que considere necesaria para el cumplimiento de sus funciones.
- 3.- Cada Parte será responsable por los gastos corrientes de su representación en la Comisión Mixta.

### ARTICULO IV

- 1.- Los costos relativos a la elaboración de estudios y del proyecto ejecutivo serán cubiertos con recursos del Gobierno del Estado de Acre.
- 2.- El Proyecto de Ingeniería referente a la construcción del puente, sus accesos, serán cubiertos por el Gobierno del Estado de Acre y aprobado por el Departamento Nacional de Infraestructura de Transportes –DNIT, órgano vinculado al Ministerio de Transporte del Brasil.
- 3.- Los costos relativos a la construcción del puente, sus accesos y obras complementarias, serán cubiertos con recursos financieros del Gobierno de la República Federativa del Brasil, conjuntamente con el Gobierno del Estado de Acre.
- 4.- La contratación de la obra se dará por medio de licitación pública, coordinada por una comisión específica brasileña. El Gobierno peruano será invitado a designar representante para acompañar los trabajos de la referida comisión.
- 5.- Los costos referentes a las expropiaciones necesarias para la ejecución de las obras en cada territorio nacional serán de responsabilidad exclusiva del Gobierno nacional, para el caso del Perú, y del Gobierno Federal, para el caso del Brasil.

### ARTICULO V

- 1.- Las Partes se comprometen a notificarse mutuamente el cumplimiento de las respectivas formalidades legales internas indispensables para la ejecución del presente Acuerdo, el cual entrará en vigor a partir de la fecha de recepción de la segunda notificación.
2. Las Partes podrán, en cualquier momento, denunciar el presente Acuerdo por vía diplomática y con un año de antelación.



**ARTICULO VI**

Las Partes podrán en cualquier momento, de común acuerdo, realizar modificaciones al presente Acuerdo, mediante vía diplomática.

**ARTICULO VII**

Cualquier controversia que pudiera surgir de la interpretación o aplicación del presente Acuerdo, será resuelta por negociación entre las Partes por vía diplomática.

**ARTICULO VIII**

El presente acuerdo reemplaza al “Acuerdo entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para la Construcción de un Puente sobre el Río Acre, en las Proximidades de las Ciudades de Iñapari y Assis Brasil”, suscrito el 11 de abril de 2003.

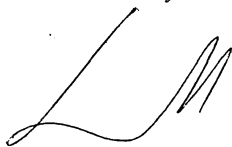
3. Caso el Gobierno de la República del Perú esté de acuerdo con la redacción propuesta, a la presente Nota y a la Nota de respuesta de Vuestra Excelencia, de igual tenor, constituirán la modificación del Acuerdo de referencia, que entrará en vigor según las disposiciones que consta en su Artículo V.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia, las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

André Amado  
Embajador”

Al respecto, me es particularmente grato poner en conocimiento de Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de la República del Perú con el texto antes transcrito, por lo cual la presente Nota y la de Vuestra Excelencia constituyen un Acuerdo entre nuestros dos Gobiernos.

Es propicia la ocasión para reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de su más alta y distinguida consideración.



Allan Wagner Tizón  
Ministro de Relaciones Exteriores  
de la República del Perú

[TRANSLATION — TRADUCTION]

I

No. 285

Lima, 5 September 2003

Sir,

With reference to the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru for the construction of a bridge over the Acre River in the proximity of the cities of Assis Brasil and Iñapari, which Your Excellency and the Minister for Foreign Affairs of Brazil concluded on 11 April 2003, I have the honour to inform Your Excellency that the necessary steps are being taken to make available to the government of the state of Acre the necessary resources for defraying the cost of construction of that bridge.

In the circumstances, the Brazilian Government considers that the international bidding provided for in the above-mentioned Agreement can be dispensed with. I therefore propose, on behalf of the Government, the redrafting of the Agreement in the following terms:

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PERU FOR THE CONSTRUCTION OF A BRIDGE OVER THE ACRE RIVER IN THE PROXIMITY OF THE CITIES OF ASSIS BRASIL AND IÑAPARI

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru (hereinafter termed "Parties")

Considering the priority attached in the Treaty of Friendship and Cooperation of 16 October 1979 to the improvement of relations between the two countries in the transport and communication sectors;

Mindful of the intention to expedite the development of physical infrastructure and transfrontier integration in South America, as stated in the Brasilia Communiqué of 1 September 2000;

Considering the provisions of articles I and II of the Agreement on road connections, signed on 26 June 1981, which designate the neighbouring localities of Iñapari, Peru, and Assis Brasil, Brazil, as priority points of interconnection between the road systems of the two countries, thereby requiring the construction of a bridge over the Acre River;

Have agreed as follows:

*Article I*

The Parties undertake to initiate, through their respective competent authorities, the necessary steps for the construction of a bridge over the Acre River, including additional infrastructure and accesses, in the proximity of the cities of Assis Brasil, Brazil, and Iñapari, Peru.

*Article II*

For the purposes of article I of this Agreement, the Parties shall set up a Brazil-Peru Joint Commission, hereinafter called "Joint Commission", made up of five (5) members in each delegation, with representatives of the Ministries of Transport (2) and Foreign Affairs (1) of both countries and of the regional (1) and local (1) governments, whose appointment each Party will communicate to the other Party within sixty (60) calendar days of the day on which this Agreement enters into force.

*Article III*

1. It shall be the responsibility of the Joint Commission:
  - (a) To prepare the necessary documentation for the construction of the bridge and the realization of additional work and accesses;
  - (b) To countersign the detailed design of the project;
  - (c) To monitor the construction until its completion and to carry out two inspections, six months and one year after the inception.
2. The Joint Commission shall be empowered to request technical assistance and any information it considers necessary for the discharge of its functions.
3. Each Party shall be responsible for the operating costs of its representation in the Joint Commission.

*Article IV*

1. Costs relating to the preparation of studies and the detailed design of the project shall be defrayed by the government of the state of Acre.
2. The engineering plan covering construction of the bridge and accesses shall be provided by the government of the state of Acre and approved by the National Transport Infrastructure Department, an entity attached to the Ministry of Transport of Brazil.
3. Costs relating to the construction of the bridge, its accesses and additional work shall be defrayed by the Government of the Federative Republic of Brazil jointly with the government of the state of Acre.
4. The award of contracts shall be by public tender, coordinated by an ad hoc Brazilian commission. The Government of Peru shall be invited to appoint a representative to monitor the work of the said commission.

5. Costs relating to the expropriation of property necessary for carrying out work in national territory shall be the exclusive responsibility of the national Government in the case of Peru and the federal Government in the case of Brazil.

*Article V*

1. The Parties undertake to notify each other about the fulfilment of the respective domestic legal formalities required for the implementation of this Agreement, which shall enter into force as from the date of receipt of the second notification.

2. The Parties may at any time terminate this Agreement through the diplomatic channel upon one year's notice.

*Article VI*

The Parties may decide at any time by mutual consent to modify this Agreement through the diplomatic channel.

*Article VII*

Any dispute arising from the interpretation or implementation of this Agreement shall be settled by negotiation between the Parties through the diplomatic channel.

*Article VIII*

This Agreement shall replace the "Agreement between the Government of the Republic of Peru and the Government of the Federative Republic of Brazil for the construction of a bridge over the Acre River in the proximity of the cities of Assis Brasil and Iñapari", concluded on 11 April 2003.

If the Government of the Republic of Peru concurs with the wording proposed, this note and your reply, of identical content, shall serve to modify the Agreement in question, which shall enter into force in the manner provided for in its article V.

Accept, Sir, the renewed assurances of my highest consideration.

ANDRÉ AMADO  
Ambassador of Brazil

His Excellency Mr. Allan Wagner Tizón  
Minister for Foreign Affairs of the Republic of Peru

II

Note (SAA-SUR-BYP) No. 6-2/99

Lima, 30 September 2003

Sir,

I have the honour to refer to the proposal made by the Government of the Federative Republic of Brazil in note No. 285 of 5 September 2003 regarding the Agreement between the Government of the Republic of Peru and the Government of the Federative Republic of Brazil for the construction of a bridge over the Acre River in the proximity of the cities of Assis Brasil and Iñapari, which reads:

*[See note I]*

It gives me particular pleasure to be able to inform Your Excellency that the Government of the Republic of Peru concurs with the above wording and that therefore your note and this reply constitute an Agreement between our two Governments.

Accept, Sir, the renewed assurances of my highest consideration.

ALLAN WAGNER TIZÓN  
Minister for Foreign Affairs  
of the Republic of Peru

His Excellency  
Mr. André Amado  
Ambassador of the Federative Republic of Brazil  
Lima

[TRANSLATION — TRADUCTION]

I

No. 285

Lima, le 5 septembre 2003

Monsieur le Ministre,

Me référant à l'Accord entre la République fédérative du Brésil et la République du Pérou relatif à la construction d'un pont sur la rivière Acre près des villes d'Assis Brasil et Iñapari, que Vous-même et le Ministre des Affaires étrangères du Brésil ont conclu le 11 avril 2003, j'ai l'honneur de vous informer que les mesures nécessaires ont été prises pour mettre à la disposition du Gouvernement de l'État d'Acre les ressources nécessaires pour couvrir les coûts de construction de ce pont.

Dans ces conditions, le Gouvernement brésilien estime que l'appel d'offres international, prévu dans l'Accord mentionné ci-dessus, est inutile. Je propose donc, au nom du Gouvernement, le remaniement de l'Accord comme suit :

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU RELATIF À LA CONSTRUCTION D'UN PONT SUR LA RIVIÈRE ACRE PRÈS DES VILLES D'ASSIS BRASIL ET IÑAPARI

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou (ci-après dénommés les "Parties")

Considérant la priorité donnée, dans le Traité d'amitié et de coopération du 16 octobre 1979, à l'amélioration des relations entre les deux pays dans les secteurs des transports et des communications;

Désireux d'accélérer le développement de l'infrastructure physique et l'intégration transfrontières en Amérique du Sud, comme énoncé dans le Communiqué de Brasília du 1er septembre 2000;

Tenant compte des dispositions des Articles I et II de l'Accord relatif aux liaisons routières, signé le 26 juin 1981, qui désignent les localités voisines d'Iñapari (Pérou) et Assis Brasil (Brésil) comme points de raccordement routier prioritaire entre les réseaux routiers des deux pays, ce qui entraîne l'obligation de construire un pont sur la Rivière Acre;

Sont convenus de ce qui suit:

*Article premier*

Les Parties s'engagent à prendre, par l'intermédiaire de leurs autorités compétentes respectives, les mesures nécessaires pour construire un pont sur la Rivière Acre, ainsi que

l'infrastructure et les accès supplémentaires nécessaires à proximité des villes d'Assis Brasil (Brésil) et Iñapari (Pérou).

*Article II*

Aux fins de l'article premier du présent Accord, les Parties créent une Commission mixte Brésil-Pérou, ci-après dénommée la "Commission mixte", composée de cinq (5) membres dans chaque délégation, représentant les Ministères des transports (2) et des Affaires étrangères (1) des deux pays et les gouvernements régionaux (1) et locaux (1), chaque Partie s'engageant à communiquer ses nominations à l'autre dans un délai de soixante (60) jours à partir de la date à laquelle le présent Accord entre en vigueur.

*Article III*

1. Les attributions de la Commission mixte sont les suivantes :
  - a) établir la documentation nécessaire pour la construction du pont et la réalisation des ouvrages et accès supplémentaires;
  - b) contresigner le plan détaillé du projet;
  - c) surveiller la construction jusqu'à son achèvement et entreprendre deux inspections, six mois et un an respectivement après le démarrage des opérations.
2. La Commission mixte est habilitée à demander une assistance technique et tous les renseignements qu'elle considère nécessaires pour jouer son rôle.
3. Chaque Partie prend à sa charge les coûts de fonctionnement de sa représentation dans la Commission mixte.

*Article IV*

1. Les frais liés à l'établissement des études et à celui des plans détaillés du projet sont à la charge du Gouvernement de l'État d'Acre.
2. Le plan technique pour la construction du pont et des accès est fourni par le Gouvernement de l'État d'Acre et approuvé par le Département national de l'infrastructure en matière de transports, entité relevant du Ministère des Transports du Brésil.
3. Les coûts liés à la construction du pont, de ses accès et des ouvrages supplémentaires sont à la charge du Gouvernement de la République fédérative du Brésil conjointement avec le Gouvernement de l'État d'Acre.
4. L'attribution des contrats se fait par un appel d'offres public, coordonné par une commission brésilienne spéciale. Le Gouvernement du Pérou est invité à désigner un représentant chargé de contrôler les activités de ladite Commission.
5. Les coûts, liés à l'expropriation des terrains nécessaires pour l'exécution des travaux sur le territoire national, sont à la charge exclusive du Gouvernement national dans le cas du Pérou et du Gouvernement fédéral dans celui du Brésil.

*Article V*

1. Les Parties s'engagent à s'informer réciproquement de l'accomplissement des formalités constitutionnelles internes, nécessaires pour l'exécution du présent Accord qui entre en vigueur dès la date de réception de la seconde notification.

2. Les Parties peuvent à tout moment mettre fin à l'Accord par la voie diplomatique et avec un an de préavis.

*Article VI*

Les Parties peuvent conjointement décider à tout moment de modifier le présent Accord par la voie diplomatique.

*Article VII*

Tout différend découlant de l'interprétation ou de l'exécution du présent Accord est réglé par des négociations entre les Parties et par la voie diplomatique.

*Article VIII*

Le présent Accord remplace "l'Accord entre le Gouvernement de la République du Pérou et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil relatif à la construction d'un pont sur la rivière Acre près des d'Assis Brasil et d'Iñapari", signé le 11 avril 2003.

Si le Gouvernement de la République du Pérou donne son accord au libellé proposé, la présente note et votre réponse, identique quant au contenu, permettront de modifier l'Accord en question, qui entrera en vigueur suivant les formalités prévues dans son article V.

Veillez agréer, Monsieur le Ministre, etc.

L'Ambassadeur du Brésil,  
ANDRÉ AMADO

Son Excellence  
M. Allan Wagner Tizón  
Ministre des Affaires étrangères  
de la République du Pérou



II

Note (SAA-SUR-BYP) No. 6-2/99

Lima, le 30 septembre 2003

Monsieur l'Ambassadeur,

J'ai l'honneur de me référer à la proposition faite par le Gouvernement de la République fédérative du Brésil dans sa note no. 285 du 5 septembre 2003 au sujet de l'Accord entre le Gouvernement de la République du Pérou et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil relatif à la construction d'un pont sur la rivière Acre près des villes d'Assis Brasil et d'Iñapari, qui se lit comme suit:

*[Voir note I]*

Je suis particulièrement heureux d'être en mesure de vous informer que le Gouvernement de la République du Pérou fait sien le libellé ci-dessus et qu'en conséquence votre note et la présente réponse constituent un Accord entre nos deux Gouvernements.

Veillez agréer, Monsieur l'Ambassadeur, etc.

Le Ministre des Affaires étrangères  
de la République du Pérou,  
ALLAN WAGNER TIZÓN

Son Excellence  
M. André Amado  
Ambassadeur de la République fédérative du Brésil  
Lima

